

ADEMAR BORGES

Prefácio

Luís Roberto Barroso

Apresentação

Daniel Sarmento

DEMOCRACIA MILITANTE
NO BRASIL

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO

2025

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriane de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Brito	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM
CONHECIMENTO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Thaynara Faleiro Malta

Assistente editorial: Luisa Freitas

Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B732d Borges, Ademar

Democracia militante no Brasil / Ademar Borges. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

226 p. 14,5x21,5cm
ISBN impresso 978-85-450-0971-9
ISBN digital 978-85-450-0972-6

1. Direito constitucional. 2. Democracia. 3. Militância. 4. Justiça. 5. STF. I. Título.

CDD: 342
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BORGES, Ademar. *Democracia militante no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 226 p. ISBN 978-85-450-0971-9.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

O STF E A DEFESA DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Luís Roberto Barroso	11
I O autor e sua trajetória	11
II Breve reflexão sobre o tema	12
III Conclusão	14

APRESENTAÇÃO

Daniel Sarmento	17
------------------------------	----

INTRODUÇÃO	23
------------------	----

CAPÍTULO 1

O OBJETIVO DO TRABALHO: QUADRO TEÓRICO, ESTUDO DE CASO E AGENDA PARA O FUTURO DA DEFESA JURISDICIONAL DA DEMOCRACIA	29
---	----

CAPÍTULO 2

QUADRO TEÓRICO: O PROBLEMA DA DELIMITAÇÃO DO CONTEÚDO DA DEMOCRACIA MILITANTE	33
2.1 Concepções clássicas: a centralidade das restrições de direitos	34
2.2 Para além da repressão: propostas de ampliação e reconciliação da autodefesa democrática	36
2.3 Uma proposta delimitadora do conceito de democracia militante: critério da ameaça qualificada à natureza autocorretiva da democracia	41
2.4 Dever constitucional e convencional de proteção suficiente do regime democrático	51
2.5 As vantagens da moldura conceitual proposta e o gradualismo militante	54

CAPÍTULO 3

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE DEFESA MILITANTE DA DEMOCRACIA: A ATUAÇÃO DO STF NA CONTENÇÃO DO INFRALEGALISMO AUTORITÁRIO E NA TUTELA PENAL E ELEITORAL DA DEMOCRACIA	61
3.1 A dimensão constitucional da democracia militante no Brasil: Aperfeiçoamento do processo constitucional para o enfrentamento de ameaças autoritárias	66
3.2 A dimensão penal da democracia militante no Brasil: O fortalecimento dos instrumentos penais voltados à tutela da democracia constitucional	71
3.2.1 O STF como instância penal de contenção da escalada autoritária ...	74
3.2.2 A interpretação inaugural do crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito	81
3.2.3 A interpretação do art. 359-L como exigência de proteção penal suficiente do regime democrático	93
3.2.4 A absorção da tentativa de abolição do Estado Democrático (crime menos grave) pelo crime de golpe de Estado (crime mais grave) no contexto específico do 8 de janeiro de 2023	100
3.2.5 Da retórica de deslegitimação ao desfecho golpista: a cadeia de atos de Jair Bolsonaro como tentativa punível de abolição do regime democrático	102
3.2.6 A garantia de responsabilização da cúpula golpista como imperativo da democracia combativa	108
3.2.7 Conclusão: desafios para o êxito da tutela penal da democracia no Brasil	112
3.3 A dimensão eleitoral da democracia militante no Brasil: a releitura constitucional da legislação eleitoral para proteger a integridade do processo democrático	115
3.3.1 A proteção da integridade do processo eleitoral e os desafios constitucionais ao enfrentamento da desinformação	117
3.3.2 O precedente Francischini e a autonomia do bem jurídico da integridade eleitoral	119
3.3.3 A inelegibilidade de Bolsonaro e a jurisprudência eleitoral defensiva da democracia	123
3.3.4 A consagração da integridade eleitoral como bem jurídico autônomo e digno de tutela reforçada	127
3.4 Balanço da defesa jurisdicional militante da democracia no Brasil: avanços, legados e fragilidades	134

CAPÍTULO 4

DIVERSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFESA MILITANTE: LACUNAS DE PROTEÇÃO E AGENDA PARA O FUTURO DA TUTELA DO REGIME DEMOCRÁTICO..... 145

4.1	Inteligência de defesa da democracia: lições das investigações dos delitos contra o Estado Democrático de Direito pelo STF	145
4.1.1	Monitoramento judicial de ameaças à democracia diante da deficiência institucional da inteligência para defesa democrática no Brasil	146
4.1.2	A fronteira constitucional entre inteligência e investigação criminal: lições comparadas e desafios nacionais.....	148
4.1.3	O modelo alemão de inteligência como mecanismo institucional da democracia militante.....	151
4.1.4	Déficits democráticos e legados autoritários do modelo brasileiro de inteligência	158
4.1.5	Avanços e persistências: o desafio da construção de uma inteligência voltada à proteção da democracia no Brasil	161
4.1.6	Filtragem constitucional da inteligência para defesa da democracia no Brasil	164
4.2	A fragilidade de medidas militantes de caráter individual no âmbito eleitoral e de graduação adequada de medidas militantes em relação aos partidos políticos.....	169
4.2.1	Democracia militante e candidaturas antidemocráticas: limites e possibilidades no contexto atual	170
4.2.2	Democracia militante, supervisão da aderência dos partidos políticos ao art. 17, <i>caput</i> , da Constituição e restrição de acesso a recursos públicos	175
4.3	A deficiente proteção da independência dos Ministros do STF relativamente ao regime jurídico de <i>impeachment</i> atualmente vigente.....	178
4.3.1	A filtragem constitucional do processo de <i>impeachment</i> de ministros do Supremo Tribunal Federal	184
4.4	Democracia militante no mundo digital: modelo de negócios das redes sociais, riscos democráticos e inovações regulatórias	187

CAPÍTULO 5

SÍNTESE CONCLUSIVA: OS LIMITES DA DEMOCRACIA MILITANTE E O DESAFIO DE REATIVAÇÃO DA DELIBERAÇÃO..... 203

REFERÊNCIAS..... 211